

Notícias

CPLP | Comunidade dos Países de Língua Portuguesa | Ano 1 | No. 1 | Julho-Agosto 2007



CPLP

XV Reunião dos Pontos Focais de Cooperação

A XV Reunião Ordinária dos Pontos Focais de Cooperação vai realizar-se nos próximos dias 24 e 25 de Julho, na sede da CPLP. Os coordenadores nacionais dos programas e projectos de cooperação desenvolvidos no âmbito da CPLP vão discutir o balanço da execução do Plano Indicativo de utilização do Fundo Especial e analisar o relatório do Secretário Executivo nesta matéria.

O Plano Indicativo de Cooperação, que integra os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio em acções a desenvolver em algumas áreas de actuação, será também apresentado, discutido e depois submetido ao Conselho de Ministros para aprovação através de uma resolução.

A actividade dos Centros de Excelência em Desenvolvimento Empresarial, em Luanda, e em Administração Pública, em Maputo, vai ser analisada. Estes

centros assumem-se como instrumentos de maior relevância para o fortalecimento da capacidade institucional dos Estados-membros.

Continua na Página 7



Guiné Equatorial quer estreitar relações com a CPLP e seus Estados-membros.

Página 8

Centro de Formação Médica Especializada

Um Centro de Formação Médica Especializada vai nascer em Cabo Verde. Este projecto pretende colmatar as graves carências de médicos especialistas e as difi-

culdades relacionadas com a sua formação existentes em todos os Estados-membros, com excepção do Brasil e Portugal.

Página 9

Cidadania e Circulação avançam na CPLP

Página 5



Pensar, Comunicar, Actuar em Língua Portuguesa

A CPLP vai lançar no dia 25 de Julho, no Palácio Foz, em Lisboa, uma publicação comemorativa do décimo aniversário da Comunidade. Esta iniciativa tem como objectivo executar o balanço de uma década de existência.

Longevidade com Saúde

Numa altura em que aumenta a esperança de vida, o Instituto de Higiene e Medicina Tropical acolhe nos dias 20 e 21 de Setembro este congresso lusófono dedicado a uma vida longa, com Saúde.

Congresso Ambiental na Galiza

O I Congresso de Educação Ambiental dos Países Lusófonos e Galiza vai realizar-se em Santiago de Compostela, de 24 a 27 de Setembro de 2007, com o apoio da CPLP. Os temas são as Alterações Climáticas, a Conservação da Biodiversidade, a Sustentabilidade Sócio-Ambiental e o Papel da Cooperação Internacional.

CPLP na ONU

A VIII Reunião Anual de Alto Nível das Nações Unidas e Organizações Regionais e Intergovernamentais, vai decorrer em Setembro à margem da Assembleia-Geral da ONU.

Grupo CPLP Jacarta visita Tugu

Os embaixadores dos países da CPLP acreditados em Jacarta visitaram a comunidade de Tugu, a norte da capital. Esta comunidade considera-se portuguesa e a sua origem na Indonésia remonta ao século XVII, depois do abandono de Malaca pelos portugueses após a conquista holandesa.

Instituído Grupo CPLP Brasília

Foi realizada em Brasília a reunião de institucionalização do Grupo CPLP local, presidida pelo Director do Departamento da África do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, e com a presença dos Embaixadores de Angola, Cabo Verde, Moçambique e Portugal.

Terminemos este Conto...

O concurso tem organização conjunta da CPLP, IILP e União Latina e tem como público-alvo os jovens residentes em Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste, de idade compreendida entre os 14 e 18 anos.

Num mundo globalizado...



... sempre que aconteça uma oportunidade de negócio

“Estaremos sempre com os nossos Clientes”

Corporate
Banking

Corporate
Finance

Private
Equity

International
Business
Development

Special
Projects

Editorial

O aparecimento do “Notícias - CPLP” procura responder à necessidade de melhor dar a conhecer a Comunidade e a sua Organização aos cidadãos dos países de Língua Portuguesa.

Esta necessidade, resultante de um deficit de informação sobre a CPLP, vem de há muito sendo reconhecida e é cada vez mais insistente a pressão para que seja suprida. Ela tem sido, inclusivamente, apontada como uma das principais carências da Organização.

A uma instituição com escassos recursos financeiros e humanos, como é o caso do Secretariado Executivo da CPLP, não é fácil manter uma informação actualizada e de qualidade, sobretudo no mundo de hoje submergido por médias cada vez mais sofisticados e absorventes. Apesar disso, temo-nos gradualmente empenhado em dar

a conhecer ao grande público de língua portuguesa os esforços que vêm sendo feitos para realizar os objectivos fixados pelos fundadores da CPLP.

Assim é que, desde meados de 2006 melhorámos substancialmente a página electrónica da CPLP, colocando à disposição dos internautas não só uma síntese actualizada das actividades do Secretariado, dos Grupos e das outras instâncias da CPLP, como também, um importante acervo de documentos que permitem aos interessados ter uma visão mais aprofundada da Organização.

A edição, que hoje tem início, constitui mais uma etapa no caminho da satisfação do interesse dos cidadãos da Comunidade em conhecer as ideias, iniciativas, acções e realizações que vão surgindo à volta da CPLP. Não vamos, porém, parar por aí. Dentro de dias será posto a circular o Anuário da CPLP, onde se reúnem dados e factos sobre a Comunidade e os seus países membros.

Iniciámos um processo de assinatura de protocolos com órgãos de Comunicação Social dos nossos países, com vista a, no médio prazo, se disponibilizar um maior fluxo de notícias especializado em temas da CPLP.

Encontramo-nos empenhados em trabalhar com as televisões públicas de língua portuguesa para o estabelecimento de uma rede de intercâmbio de conteúdos como primeiro passo para a criação de um serviço televisivo que contribua para uma mais estreita aproximação entre os nossos países e seus cidadãos.

A página electrónica será convertida num portal interactivo que facilitará o diálogo e o intercâmbio de ideias, para além de garantir um mais volumoso acervo de informações.

Além disso, iremos colaborar com o Instituto Internacional da Língua Portuguesa para o lançamento de uma revista dedicada à língua que nos une.



Embaixador Luis de Matos Monteiro da Fonseca
Secretário Executivo da CPLP.

Finalmente, está a ser preparado o lançamento de uma edição de teses e estudos científicos que tenham a CPLP como objecto de análise.

Acreditamos que o esforço que está a ser feito para a CPLP melhor se fazer conhecer, resulte num aumento de interesse dos cidadãos pelos objectivos da Organização e os incentive a participar na sua materialização. 🐦

CPLP, Dez Anos: Um Balanço

Embaixador José Tadeu da Costa Soares
Secretário Executivo Adjunto da CPLP

Passados os primeiros dez anos da vida da Organização, que permitiram a sua consolidação e uma visão mais realista daquilo que a CPLP pode realizar, é chegado o momento de identificar, dentro dos objectivos que a Organização se propunha, os temas sobre os quais se deverão concentrar atenções.

Os seus fundadores, após enunciarem um conjunto de princípios sólidos e elevados em que a Comunidade se baseava, haviam identificado três objectivos: coordenação política; cooperação para o desenvolvimento e a promoção e difusão da Língua Portuguesa.

No domínio da **coordenação política**, e não obstante a fundação da CPLP coincidir historicamente com um momento internacional em que se reforçavam e aprofundavam as organizações políticas e económicas de carácter regional, criando compromissos aos diversos Estados membros, os objectivos iniciais foram largamente alcançados.

Com efeito, a CPLP soube desenvolver e aprofundar práticas de consultas regulares, assegurou valiosos apoios entre os oito e, sem se sobrepor às Organizações Regionais de que cada um faz parte, conquistou o seu espaço na determinação das políticas dos Estados membros.

Foi ainda mais longe. Num respeito total pelos assuntos internos de cada Estado membro, mas insuspeita de quaisquer desígnios ocultos, a CPLP, utilizando os estreitos laços humanos existentes entre os seus dirigentes, interveio repetidamente em momentos de crise em alguns dos países, participando de forma discreta mas constante na busca de uma normalidade política e no lento processo de democratização das sociedades.

Quanto ao segundo e terceiro objectivos – **cooperação para o desenvolvimento e promoção e difusão da língua portuguesa** – a CPLP ficou claramente aquém das expectativas. No que toca à cooperação, falta-lhe, ainda, convencer os Estados membros que a Organização, sem ser uma Agência de Cooperação, pode ter um valor acrescentado neste domínio. A semelhança nos problemas e as experiências adquiridas permitem o estabelecimento de sinergias na busca de soluções. Paralelamente, a CPLP pode constituir um instrumento único de internacionalização de projectos, permitindo aceder a recursos das grandes Agências e Fundações internacionais.

Estes dois pontos – partilha de problemas e soluções e possibilidade de internacionalização dos projectos

e da busca de financiamento – a que se soma uma língua comum e estruturas administrativas semelhantes, constituem a enorme mais valia da CPLP, nem sempre aproveitada.

Promoção e difusão da língua portuguesa

A existência do IILP (Instituto Internacional de Língua Portuguesa) no momento da fundação da CPLP, fez com que a Organização, de início, acompanhasse menos intensamente estas questões.

O IILP, por razões estruturais, teve sérias dificuldades em “arrancar” na execução das tarefas que lhe eram atribuídas. Corrigidos e ultrapassados os bloqueios que o impediam de funcionar, espera-se agora uma actividade mais intensa e visível no domínio de um património comum, onde todos têm interesses a defender, embora por razões nem sempre coincidentes.

Com efeito, cada um dos oito tem, em relação ao idioma português, uma posição no subconsciente nacional e político diferente. Desde a suprema confiança do Brasil e dos brasileiros, para quem o idioma que falam é um instrumento vivo e reflexo do seu tamanho de 180 milhões de habitantes, até à posição “defensiva” e conservadora de Portugal; desde os países africanos, onde o português é um instrumento ao serviço da unidade nacional e de uma máquina administrativa que se quer cada

vez mais eficiente, até Timor-Leste, onde a língua portuguesa constitui um claro elemento de diferenciação e identidade nacional, todos podem beneficiar por fazerem parte de um bloco linguístico específico, tendo interesse na sua promoção internacional.

Também o Secretariado da Organização, no final do primeiro decénio, procedeu a uma reestruturação, que visa adaptá-lo aos desafios que se deparam à CPLP.

Único órgão com carácter permanente, o Secretariado Executivo soube manter-se pequeno em número e em orçamento (a CPLP custa aos oito, no seu conjunto, cerca de um milhão de euros/ano, isto não incluindo o Fundo Especial para projectos de desenvolvimento).

O Secretariado, que responde aos pedidos e instruções dos Estados, mas pode apresentar igualmente iniciativas próprias, vem estabelecendo um quadro técnico, paralelo aos “assessores” cedidos pelos Estados, por forma a dotar-se das capacidades necessárias a responder às novas tarefas que lhe são atribuídas. Neste processo de especialização se inclui, igualmente, a criação do lugar de Director-Geral escolhido por concurso, em substituição do Secretário Executivo Adjunto eleito. Tais reformas, e a manutenção de baixos encargos financeiros, permitirão ao Secretariado ser o motor eficiente sobre o qual se apoiarão as iniciativas dos Estados. 🐦

Lusofonia: conceito e realidade

Ernâni Rodrigues Lopes

Lusofonia, como conceito, reveste-se de uma dupla faceta : 1) por um lado, surge como uma noção geral intelectualmente elaborada pelas elites, vivencialmente percebida e intuída por segmentos significativos das populações e, em maior ou menor grau, explicitamente assumido pelos responsáveis políticos na multiplicidade dos vários graus das estruturas políticas dos vários Estados; e 2) por outro lado, é, inequivocamente, um conceito em processo histórico de construção, em plena projecção para o futuro.

Deste modo, a Lusofonia apresenta-se-nos (mais do que como um conceito genérico, porventura difuso) como um permanente processo histórico-estrutural do desenvolvimento, à escala global, de uma matriz linguístico-cultural comum e aberta à multiplicidade e diversidade das suas expressões sociológica e historicamente concretizadas.

Na realidade das coisas, a Lusofonia mostra-nos uma dupla característica: 1) por um lado, permite identificar um conjunto de componentes básicos em que assenta a própria estruturação do conceito; 2) por outro lado, abre perspectivas fortemente promissoras de evolução com base na valorização de alguns vectores dinâmicos subjacentes.

Os componentes básicos mais relevantes são: 1) o componente formal, matriz diferenciadora da Lusofonia, que é a Língua Portuguesa; 2) o componente antropológico resultante da construção/elaboração secular de uma matriz histórico-cultural; 3) o componente político resultante da vontade dos Estados soberanos que, ao criarem a CPLP, decidiram criar e usar um amplificador/potenciador/reforçador de poder à escala global; 4) o componente geopolítico constituído pela realidade de uma cobertura espacial à escala planetária, susceptível de potenciação em termos de uma rede de articulação estratégica de projecção global;

e 5) o componente sociológico que corresponde a um sentimento de identidade interna de unificação por cada Estado, com identificação nacional reforçada pelo espaço linguístico – e a alargar pela identificação com e pelo conjunto dos Oito.

Os vectores dinâmicos subjacentes mais significativos e a exigirem, a todos, um esforço de aprofundamento e explicitação do respectivo potencial, são: 1) Herança & Projecto, no que contém de cruzamento entre resultado do passado e construção do futuro; 2) Afirmação e Desenvolvimento, no que sintetiza de resposta às aspirações dos Povos; 3) Estratégia & Acção, no que mostra de lucidez da exigência de concretização seriamente assumida; 4) Convicção & Empenhamento, no que exprime de atitude perante a vida e sentido de responsabilidade face às gerações futuras; 5) Humanismo e Universalidade, no que implica de explicitação, para o presente e para o futuro, do desenvolvimento da matriz teórica e vivencial da perspectiva de Humanismo Universalista que é capital comum, na base da Lusofonia.

Na vida concreta dos Povos e no processo de permanente construção da Lusofonia, importa, ainda, referir 3 domínios essenciais de actuação: a relevância da economia, o posicionamento dos Estados e o papel da sociedade civil em cada um dos Oito.

Na economia, justifica-se salientar, por ora, 2 linhas fundamentais de reflexão (uma e outra exigindo acção consequente) e que articulam, entre si, passado e futuro: 1) desde logo, que a Lusofonia ainda não é um actor económico global, embora tenha potencial para o ser; e 2) em paralelo, que é indispensável avançar para que a Lusofonia passe progressivamente a constituir um espaço articulado de actividade empresarial, tirando partido do potencial contido na sua perspectiva teórica de rede de articulação estratégica de projecção

global (acima referida, como resultante de uma leitura geopolítica da realidade existente).

Ao nível dos Estados, importará atentar em 2 características e 2 desafios. Serão, então, de especificar as seguintes características: 1) a expressão de vontade soberana, por parte de 7 Estados independentes de criarem, há uma década, uma estrutura política formal, a CPLP, a que, após a sua independência, se juntou Timor-Leste (deste modo se completando a estrutura de Oito); e 2) a expressão inequívoca do carácter policêntrico da CPLP, sem abrir qualquer espaço de domínio de qualquer um dos Oito.

Por outro lado, haverá que complementar os progressos políticos atingidos, ao longo desta década de vida da CPLP, com o reconhecimento de 2 ordens principais de desafios: 1) a necessidade (que é uma exigência) do aprofundamento político e formal da vida interna da CPLP; e 2) a urgência de passos significa-

tivos, no plano político-diplomático, para a projecção da CPLP, enquanto tal, no quadro das relações internacionais.

Finalmente, no plano da sociedade civil e em cada um dos Oito, 2 aspectos determinantes se impõem: 1) o primeiro (e, de longe, o que se afigura como o mais importante) é o facto de a construção da Lusofonia ter, necessariamente, de assentar na vontade, no esforço e na lucidez dos cidadãos de todos e cada um dos Oito, sob pena de perder a sua energia de futuro histórico ao deixar-se ficar auto-limitada e presa de construções apenas político-formais; 2) o segundo é a imprescindibilidade de convergência de vontades, capacidades e energias em estruturas organizacionais de cidadania responsável, devotadas à causa nobre da construção da Lusofonia e actuando no campo largo de todos os Povos que a constituem – é essa, precisamente, a vocação (e, de facto, a razão única de ser) do Círculo de Reflexão Lusófona. ☾

Ernâni Rodrigues Lopes

Nascido em Lisboa em 1942, casado. Licenciado em Economia (ISCEF, Universidade Técnica de Lisboa) em 1964. Doutorado em Economia (Universidade Católica Portuguesa - Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais) em 1982. Na vasta carreira profissional constam importantes cargos académicos e institucionais. Foi ainda Embaixador de Portugal em Bona (1975-1979) e Chefe da Missão de Portugal junto das Comunidades Europeias, Bruxelas (1979-1983). Assumiu a pasta de Ministro das Finanças e do Plano do IX Governo Constitucional (1983-1985) e é Presidente da Direcção do Círculo de Reflexão Lusófona (desde 2004).



ANGOLA PROPÕE ACORDO PARA A CONCESSÃO DE VISTO DE ESTUDANTE

Cidadania e Circulação avançam na CPLP

O Secretariado Executivo, em consulta com os Estados-membros, vai elaborar uma listagem de direitos políticos, económicos e sociais cuja aplicação esteja em consonância com os actuais ordenamentos jurídicos.

O Grupo de Trabalho Alargado sobre Cidadania e Circulação no Espaço da CPLP, reuniu na sede do Secretariado Executivo, em Junho de 2007. O tema da reunião coincide “com um dos objectivos fundamentais enunciados na Declaração Constitutiva da CPLP”, sublinha o Secretário Executivo, Embaixador Luís Fonseca. Na sua intervenção no início da reunião, o Secretário Executivo encorajou as delegações presentes a “adoptar medidas que respondam aos anseios repetidamente expressos pelas organizações representativas da sociedade civil e por diversas individualidades dos nossos países, para que se dê um conteúdo mais consistente à condição de cidadão no espaço da CPLP”.

Em termos de circulação de pessoas, os Estados-membros da CPLP produziram já um apreciável conjunto de instrumentos facilitadores. Todos os procedimentos internos de ratificação destes acordos, assinados em

2002, em Brasília, já foram concluídos em cada um dos Estados-membros da CPLP, com excepção de Timor-Leste onde o processo está em curso.

Contudo, “todos temos a consciência que será necessário dar passos adicionais para que sejam encontradas formas de tornar mais desimpedida a circulação no espaço da CPLP, observa o Embaixador Luís Fonseca, realçando que muito há ainda a fazer “quanto à atribuição de direitos específicos aos cidadãos que se encontrem no espaço da Comunidade num país que não o seu”.


O Secretário Executivo afirma também que é possível aos Estados “encontrar um denominador comum de direitos a serem atribuídos aos nossos cidadãos, partindo do que já existe por força de acordos internacionais ou procurando alargar, até onde for possível, à escala da Comunidade, os direitos já reconhecidos

aos cidadãos através de acordos bilaterais entre Estados da CPLP.

O Grupo de Trabalho considera que a elaboração de um Estatuto de Cidadão da CPLP será um elemento facilitador da integração das comunidades migrantes e da circulação entre os Estados-membros, contribuindo para o sentimento de pertença à Comunidade e para a concretização dos objectivos que estão na origem da sua fundação.

No âmbito da **Cidadania**, O Grupo de Trabalho reiterou o seu apoio de princípio ao Projecto de Convenção Quadro relativa ao Estatuto do Cidadão da CPLP, que poderá vir a ser adoptado cumpridas que estejam as reformas e formalidades legais em cada Estado-membro. Recomendou ao Secretariado Executivo que, em consulta com os Estados-membros, elabore uma listagem de direitos políticos, económicos e sociais cuja aplicação esteja em consonância com

os actuais ordenamentos jurídicos e que possam vigorar numa fase intermédia até a adopção da Convenção Quadro.

Em matéria da **Circulação**, o Grupo de Trabalho apelou a uma mais vasta divulgação dos Acordos sobre Circulação de Pessoas nos Países da CPLP, assinados em Brasília, em 2002, e ao seu melhor cumprimento por parte dos serviços nacionais responsáveis. Apoiou ainda o Projecto de Acordo sobre a Concessão de Visto de Estudante da CPLP, apresentado pela delegação de Angola, e recomendou aos serviços nacionais responsáveis dos Estados-membros da CPLP estudar as suas implicações técnicas, em reunião a efectuar antes da XII sessão do Conselho de Ministros da CPLP. Por último, os especialistas em Cidadania e Circulação recomendaram a realização de um estudo sobre a possibilidade de aprofundar a facilitação da circulação nos países da CPLP aos cidadãos da Comunidade. 

Cinco Acordos em Vigor

Concessão de Vistos de Múltiplas Entradas para Determinadas Categorias de Pessoas

Os cidadãos de um dos países da CPLP, portadores de passaporte comum válido que sejam homens e mulheres de negócios, profissionais liberais, cientistas, investigadores / pesquisadores, desportistas, jornalistas e agentes de cultura / artistas, ficam habilitados a vistos para múltiplas entradas em qualquer dos outros Estados-membros da Comunidade, com a duração mínima de um ano. A permanência no território de qualquer um dos Estados-membros não poderá, salvo regime mais favorável previsto em legislação interna, ser superior a 90 dias consecutivos por semestre em cada ano civil.

Estabelecimento de Requisitos Comuns Máximos para a Instrução de Processos de Vistos de Curta Duração

A emissão de vistos de curta duração a cidadãos nacionais de qualquer outro Estado-membro deverá ser efectuada no mais curto espaço de tempo, não devendo ultrapassar o prazo máximo de sete dias. Na instrução dos processos de visto de curta duração (trânsito, turismo, e negócios) não serão exigidos outros documentos além dos seguintes: Duas fotografias iguais, tipo passe (3X4) a cores; Documento de viagem com validade superior em, pelo menos três meses à duração de estada prevista; Prova de meios de subsistência; Bilhete de passagem de ida e volta; Certificado internacional de imunização (vacinação).

Estabelecimento de Balcões Específicos nos Postos de Entrada e Saída para o atendimento dos Cidadãos da CPLP

Ficou fixado o estabelecimento de balcões específicos nos principais postos de entrada e saída, sujeitos a controlo, para o atendimento de cidadãos dos Estados-membros da CPLP.

Isenção de Taxas e Emolumentos devidos à Emissão e Renovação das Autorizações de Residência para Cidadãos da CPLP

Os cidadãos dos Estados-membros, residentes nos outros Estados-membros, estão isentos do pagamento de taxas e emolumentos devidos na emissão e renovação de autorizações de residência, com excepção dos custos de emissão de documentos. Considerando que um

dos objectivos da constituição da CPLP é o de promover, sem prejuízo dos compromissos internacionais assumidos pelos Estados-membros, medidas visando a resolução dos problemas enfrentados pelas comunidades imigradas no espaço da CPLP, bem como a coordenação e o reforço da cooperação no domínio das políticas de imigração.

Concessão de Visto Temporário para Tratamento Médico dos Cidadãos da CPLP

Os países da CPLP outorgarão reciprocamente aos seus cidadãos vistos temporários, de múltiplas entradas, para tratamento médico. O visto terá validade até dois anos, a critério da autoridade consular, passível de prorrogação por um período mínimo de um ano.

Projectos Culturais na CPLP

O presidente da Fundação Palmares, Zulu Araújo, apresentou o Portfólio de Projectos Culturais na 103ª Sessão do Comité de Concertação Permanente. Este projecto está assente em três eixos estruturantes: Fortalecimento e Renovação de Competência; Informação e Gestão do Conhecimento; e Promoção de Diálogos Culturais.

No primeiro eixo estruturante, destacam-se a activação dos projectos de uma Rede de Empreendedorismo Cultural, de Incubadoras de Empreendedores Culturais, uma Escola de Empreendedorismo – Artesão da Cultura, um Curso de Gestão do Desenvolvimento Social e Cultural, a Certificação de Origem para Produtos Artesanais, Certificação de competências ocupacionais para o ensino de Língua Portuguesa como língua estrangeira e um Programa de Pós-Graduação (Mestrado e Doutoramento) Interinstitucional em Estudos Étnicos e Africanos.

No segundo eixo, sublinham-se a criação do Portal Cultural da CPLP na Internet, de um Sistema de Informações Culturais, do Portal de Museus, o apoio às Rádios Comunitárias, de um projecto de Gestão de Bibliotecas Escolares e do Dicionário das Ciências Humanas em Língua Portuguesa.

O terceiro eixo contempla outros projectos importantes, como a existência de Centros Culturais Polivalentes, capacitação do Instituto Superior de Artes da CPLP (em Angola), a Residência Social – compartilhando tecnologias sociais em diferentes contextos culturais, a criação de um Centro para a Formação e o Intercâmbio de Artistas Cénicos, da Unidade Itinerante Multilinguagem, o projecto “Ressonâncias: trânsitos musicais entre os países da CPLP”, e outras medidas de incentivo à experimentação inovadora no campo da criação e divulgação cultural.

MISSÃO DE OBSERVAÇÃO ELEITORAL DA CPLP

Timor-Leste está de parabéns

A CPLP, a convite das autoridades nacionais, enviou à República Democrática de Timor-Leste uma missão de observação às eleições parlamentares realizadas no passado dia 30 de Junho de 2007 por este Estado-membro.

Composta por 13 elementos, a Missão efectuou observação eleitoral nos distritos de Dili, Baucau, Liquiçá, Ermera e Manatuto, totalizando, mais de 90 estações de voto.

Pela sua importância na consolidação do Estado de Direito Democrático, esta concreta manifestação da vontade popular expressa em sufrágio universal e secreto, constitui para a CPLP um motivo de felicitação a Timor-Leste, por mais uma relevante expressão de soberania e de vivência em democracia.

Porém, as “eleições não são um fim em si, são uma etapa do processo”, sublinha o chefe da Missão da CPLP, Apolinário Mendes de Carvalho. De acordo com o mesmo responsável, é importante que “a missão da ONU continue, certamente noutros formatos, de forma a manter a assistência a

este jovem Estado”. A CPLP apela à comunidade internacional a manutenção do apoio ao Estado Timorense nesta importante fase da gestação e consolidação da sua capacidade institucional por forma a permitir, particularmente, que os futuros actos eleitorais se realizem num contexto de maior autonomia de recursos humanos, técnicos e logísticos.

A Missão da CPLP conclui que a campanha eleitoral constituiu um espaço para a livre manifestação de opiniões e de debate político. Contudo, lamenta-se a ocorrência pontual de incidentes no decurso da campanha, o que não impede a realização de “um balanço global positivo. E vai, com certeza, haver um apropriação pelas autoridades do país do conhecimento transmitido”, refere o guineense Apolinário Mendes de Carvalho.

Nas assembleias de voto observadas, constatou-se que foram proporcionadas as condições indispensáveis para que o sufrágio permitisse a expressão livre e genuína do sentido do voto. Realça-se, pelo esforço inerente, a cuidada preparação dos oficiais

de votação, a elevada e construtiva participação dos observadores nacionais e fiscais de partidos, e a extensão dos meios logísticos colocados ao dispor da organização das eleições. A Missão destaca com agrado a crescente colaboração institucional entre a Comissão Nacional de Eleições e o Secretariado Técnico de Administração Eleitoral, que tem permitido o decurso do processo no respeito da lei vigente.

Acresce que “a colaboração verificada entre as organizações internacionais no terreno foi excelente, com destaque para as sinergias entre as missões da CPLP e da União Europeia onde houve um excelente quadro de interacção”, realça ainda o chefe da Missão e DG do Ministério dos Negócios Estrangeiros, da Cooperação Internacional e das Comunidades da Guiné-Bissau.

A realidade em Timor-Leste continua a “exigir de todos os actores envolvidos na vida política nacional um firme compromisso com os valores da Democracia, e um constante empenho na edificação de uma sociedade mais plural e inclusiva”, colmata o chefe desta Missão de Observação Eleitoral da CPLP. A Comunidade enviou três missões este ano para observar os três escrutínios efectuados.

Os Desafios da segurança e a cooperação

A conferência sobre “Os desafios da segurança internacional e a cooperação no âmbito da CPLP” decorreu entre os dias 25 e 26 de Junho, na Assembleia da República Portuguesa, em Lisboa.

Os participantes concordaram que a cooperação em matéria de segurança e defesa entre os diversos actores da CPLP é imprescindível para lidar com o carácter transnacional das ameaças. O ministro português da Defesa, Nuno Severiano Teixeira, referiu a relevância da criação de programas de cooperação entre as forças armadas no quadro da Comunidade.

O Secretário Executivo da CPLP, Embaixador Luís Fonseca, afirmou que é lógico promover também as parcerias entre instituições da CPLP e outras organizações governamentais. O ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Luís

Amado, sublinhou ainda o facto de que na próxima Cimeira Europa/África serão abordadas a cooperação e as sinergias possíveis no âmbito da segurança e defesa.

A conferência contou com inúmeros participantes de renome, entre os quais, o presidente da Comissão da CEDEAO, Mohamed Ibn Chambas, o representante executivo do SG ONU para a Serra Leoa, Victor Ângelo, o vice-almirante John Stuffelbeen (NATO), o Chefe de Estado-Maior do Exército português, General Pinto Ramalho, o vice-chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas de Angola, General Salviano Kianda, o presidente da Comissão Parlamentar de Defesa Nacional de Portugal, Miranda Calha, os Directores Nacionais de Política de Defesa Nacional de Angola e da Guiné-Bissau, Jerónimo Ukuma e Arsénio Balde, respectivamente, entre outras personalidades.

Notícias



CPLP

Notícias CPLP é uma publicação bimestral da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)
Rua de S. Caetano, nº 32
1200-829 Lisboa - Portugal
www.cplp.org

Redacção, Edição e Produção:
Assessoria de Imprensa –
Secretariado Executivo da CPLP
comunicacao@cplp.org

Gestão Financeira e de Patrocínios:
AFPI

PORTUGAL (Lisboa):
Av. da Liberdade, 110 - 1269-046
Tel.: +351 21 340 46 71
Fax: +351 21 340 45 75
ESPAÑA (Madrid):
Paseo de la Castellana 95/15
(Torre Europa) – 28046
FRANÇA (Perpignan):
Tel.: +33 (0) 4 68 66 93 13
TM: +33 (0) 6 88 14 32 33
www.afpi.eu.com afpi@afpi.eu.com

Continuação da Página 1

XV Reunião dos Pontos Focais de Cooperação

A cooperação em matéria de Educação Ambiental vai passar a ser desenvolvida em conjunto pelos países membros da CPLP. Vão ser criados 16 centros de informação e referência em educação ambiental, chamados “Salas Verdes”, dois em cada país, instalados numa instituição pública e numa entidade da sociedade civil. A XV RPFC vai analisar este projecto desenvolvido pelo Ministério brasileiro do Ambiente, e fixar as bases de uma campanha internacional de educação ambiental com ênfase nas mudanças climáticas e o aprofundamento do conceito de educação ambiental face às energias renováveis, combate à desertificação, mitigação dos efeitos da seca, ecoturismo, gestão ambiental marinha e costeira, gestão integrada de recursos hídricos, protecção da biodiversidade e gestão de resíduos.

Também o combate ao HIV-SIDA continuará a merecer justificada atenção por parte da CPLP, sendo reconhecida a necessidade do envolvimento de toda a Comunidade no combate a este flagelo, assim como uma estratégia integrada com os projectos e programas de desenvolvimento das organizações do sistema das Nações Unidas.

Em cima da mesa de discussões, estarão ainda outros projectos nos domínios da Saúde, Educação, Questões de Género e combate à pobreza extrema.

A reunião vai ser coordenada pelo Embaixador Soares da Gama, representante da Guiné-Bissau, o Estado-membro que detém a Presidência do Conselho de Ministros. 🐦

Estratégia para o ILLP



A II Reunião do Conselho Científico do Instituto Internacional Da Língua Portuguesa decorreu no início de Julho, na cidade da Praia, em Cabo Verde. Neste encontro, presidido pelo Professor Godofredo de Oliveira Neto, estiveram presentes representantes de Angola, Brasil, Cabo Verde e Portugal.

A Proposta de “Plano estratégico para a Gestão Internacional da Língua Portuguesa – Actuação do ILLP no século XXI” começou a ganhar forma. Nesta matéria, o plano estratégico do instituto vai basear-se em cinco projectos científicos de pesquisa. São eles: 1) Políticas linguísticas externas dos principais países do mundo; 2) Política Linguística dos Países da CPLP; 3) Situação e oportunidades dos falantes lusófonos no exterior; 4) Levantamento dos recursos técnico-científicos de cada país da CPLP em Política Linguística; 5) Indústrias da língua.

Os resultados dos cinco projectos de pesquisa serão sistematizados pela Comissão Nacional brasileira e apresentados ao Comité Gestor em Março de 2008. O documento final será alvo de análise por parte de especialistas de renome num Seminário Internacional, a ser realizado no primeiro semestre de 2008, numa capital nacional da CPLP.

Nesta reunião do Conselho Científico do ILLP destaca-se também o projecto para a instalação de um Centro de Língua Portuguesa em Adis Abeba, no âmbito da União Africana. Igualmente, assume grande importância a instituição de uma “Biblioteca Virtual, onde os títulos vão ser digitalizados pelo Ministério da Educação do Brasil e caberá, subseqüentemente, a cada Estado-membro alimentar o portal de informações e administrá-lo. 🐦

Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa em vigor

O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa foi assinado em 1990 por todos os Estados-membros da CPLP (à excepção de Timor-Leste) e seguido de dois Protocolos Modificativos, desenvolvidos no sentido de agilizar a entrada em vigor do Acordo.

O Acordo original previa entrada em vigor com depósito de instrumentos de ratificação por todos os Estados signatários. O 2º Protocolo Modificativo (S. Tomé, 25/07/2004) propôs uma alteração substancial da modalidade de entrada em vigor, pela qual o Acordo Ortográfico “entrará em vigor com o terceiro depósito de instrumento de ratificação junto da República Portuguesa”.

A disposição acima transcrita só é aplicável após entrada em vigor do 2º Protocolo, “no 1º dia do mês seguinte à data em que três Estados-membros tenham depositado os seus instrumentos de ratificação ou documentos equivalentes que os vinculem ao protocolo”.

O Acordo Ortográfico entraria em vigor, quando três signatários tivessem depositado os instrumentos de ratificação tanto do Acordo

Original como do 2º Protocolo Modificativo.

O Acordo Original e Segundo Protocolo Modificativo já haviam sido ratificados, e os competentes documentos depositados, por Brasil (2004) e Cabo Verde (Fev. 2006).

Era este o ponto de situação do Acordo em Dezembro de 2006, data em que as Cartas de Ratificação (Acordo e 2o Protocolo) de S. Tomé e Príncipe foram depositadas, via Secretariado Executivo da CPLP. O 2o Protocolo entra assim em vigor no dia 1 de Janeiro de 2007 e, acto contínuo, o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa entra igualmente em vigor, tanto na ordem jurídica internacional como nos ordenamentos jurídicos dos três Estados acima mencionados.

Os restantes signatários só lograrão ver o Acordo como parte dos seus ordenamentos internos, por uma de duas formas: ratificação do Acordo e do 2o Protocolo Modificativo, e entrada em vigor com o depósito dos mesmos; ou ratificação do Acordo na sua forma original, e entrada em vigor com o depósito do último dos signatários. 🐦

Reunião dos Pontos Focais de Cooperação

A Reunião dos Pontos Focais da Cooperação (RPFC) congrega as unidades responsáveis, nos Estados-membros, pela coordenação da cooperação no âmbito da CPLP. A RPFC é coordenada pelo representante do Estado-membro que detém a Presidência do Conselho de Ministros, actualmente, a Guiné-Bissau. Segundo o artigo 5º do Acordo Geral de Cooperação, «os Estados-membros designarão um ponto focal como órgão coordenador nacional de programas e projectos a serem desenvolvidos no âmbito do Acordo.»

Compete à Reunião dos Pontos Focais da Cooperação, como órgão da CPLP, de acordo com o artigo 19º dos Estatutos, assessorar os demais órgãos da Comunidade em todos os assuntos relativos à cooperação para o desenvolvimento no âmbito da CPLP. Foi em claro reconhecimento da sua importância que o Conselho de Ministros integrou a Reunião de Pontos Focais da Cooperação como órgão da CPLP, na revisão dos Estatutos, em 2002, em Brasília.

Os Pontos Focais da Cooperação reúnem-se, ordinariamente, duas vezes por ano e, extraordinariamente, quando solicitado por 2/3 dos Estados membros. Quando coincide com a Conferência de Chefes de Estado e de Governo ou Reuniões do Conselho de Ministros, a Reunião dos Pontos Focais da Cooperação realiza-se na cidade anfitriã desses eventos. Nos demais casos, a Reunião tem lugar na sede da CPLP, em Lisboa.

Guiné Equatorial decidida a estreitar relações com a CPLP e seus Estados-membros

As autoridades da Guiné Equatorial asseguraram ao Secretário Executivo da CPLP, Embaixador Luís Fonseca, que o governo equato-guineense está decidido a trabalhar com a CPLP e os respectivos Estados-membros para estreitar relações de cooperação nos mais diversos domínios.

A garantia foi dada pelo Presidente da República da Guiné Equatorial, Teodoro Obiang Nguema Mbasogo, na audiência concedida ao Embaixador Luís Fonse-

ca no decorrer da visita de uma delegação da CPLP àquele país, entre os dias 28 e 29 de Junho de 2007.

A prioridade inicial de cooperação entre a Guiné Equatorial e a CPLP vai para o ensino da Língua Portuguesa, cuja utilização a Guiné Equatorial deseja generalizar.

Com este objectivo, o governo equato-guineense pretende a cooperação dos países da CPLP através do envio de professores

de português, da cooperação universitária e do intercâmbio cultural. Atendendo ao seu rápido crescimento económico, mas ainda altamente dependente da assistência técnica externa, a Guiné Equatorial – que, antes da descoberta do petróleo, era considerado o país mais atrasado da África – necessita de capacitar rapidamente os seus quadros profissionais e especializados. A sua formação em instituições dos países de Língua Portuguesa constitui uma possibilidade que as autoridades desse país encaram com grande interesse. A Guiné Equatorial deseja ainda desenvolver a cooperação económica e empresarial com os países da CPLP, tendo em vista a diversificação da sua economia, aproveitando outras potencialidades desse país para além do petróleo, em áreas como a agricultura, o turismo e reservas minerais.

O Secretário Executivo da CPLP indicou aos seus interlocutores que da parte dos Estados-membros existe todo o interesse em

corresponder às expectativas manifestadas.

Por outro lado, os responsáveis desse país, a quem foi concedido o estatuto de Observador Associado da CPLP, participarão nas reuniões ministeriais e sectoriais da Organização.

O Ministro das Relações Exteriores da Guiné Equatorial, Pastor Micha Ondo Bile, foi convidado a participar no Conselho de Ministros da CPLP que terá lugar em Lisboa a 27 deste mês, onde o assunto do apoio ao ensino do português e formação profissional no país será abordado.

Para além do encontro com o Chefe de Estado da Guiné Equatorial, o Secretário Executivo da CPLP, que se fez acompanhar do Ministro Conselheiro Júlio Hélder Lucas, Assessor para os Assuntos político-diplomáticos, reuniu-se ainda com Vice-ministro equato-guineense das Relações Exteriores, Esuno Micha, e com os Vice-ministros da Educação e da Saúde e Bem-Estar Social.



Advogados de Língua Portuguesa recebidos pelo Secretário Executivo

O Secretário Executivo da CPLP, Embaixador Luís Fonseca, recebeu os representantes da União dos Advogados de Língua Portuguesa, a 27 de Junho de 2007.

Durante o encontro com o Secretário Executivo da CPLP, foram debatidas as possibilidades de fortalecimento das relações institucionais entre as Ordens dos Advogados de Língua Portuguesa e entre estas e a Comunidade. O Embaixador Luís Fonseca sublinhou que existe um “campo fértil para a colaboração entre a CPLP e as Ordens, no reforço da Justiça e da Democracia nos Estados-membros”.

Com o objectivo de criar um Tribunal de Arbitragem de Língua Portuguesa para matérias comerciais, a UALP vai iniciar con-

tactos com os respectivos Ministérios nacionais que tutelam as pastas envolvidas em tal projecto. Esta é uma iniciativa conjunta da UALP e do Conselho Empresarial da CPLP e assume-se de importância maior para a relação entre a Língua e o Direito, relevante nas relações comerciais, para criar condições de competitividade e de segurança nos investimentos. O projecto deverá ser apresentado na próxima reunião dos ministros da Justiça da CPLP, prevista para o mês de Novembro do corrente ano.

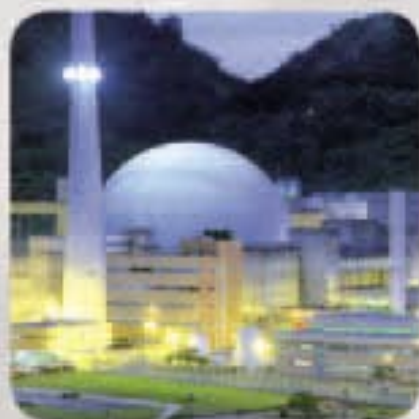
A delegação da UALP foi composta pelo seu presidente, o bastonário da Ordem dos Advogados de Portugal, Rogério Alves, pelo representante de Portugal na UALP, Luis Filipe Carvalho, o bastonário da O.A de Cabo Ver-



de, Arnaldo Silva, o bastonário da O.A da Guiné-Bissau, Armando Mango, o presidente da OA do Brasil, Cezar Britto, e o responsável pelas relações internacionais da O.A do Brasil, Alberto Rosado, pelo bastonário da O.A. de Moçambique, Carlos Alberto Cauio, o presidente da O.A de Macau, Jorge Neto Valente, pelos representantes do grupo de trabalho que está a instituir a O.A de São Tomé e Príncipe, Celija Deus Lima e Edmar Carvalho, pelo Dr. Pires

de Lima e ainda pelo secretário-geral do CE CPLP, Francisco Mantero.

A UALP deve obter o Estatuto de Observador Consultivo no XII Conselho de Ministros da CPLP, a realizar-se no próximo dia 27 de Julho, em Lisboa. Esta admissão vai “facilitar a interlocução com outras organizações internacionais e facilitar caminhos e iniciativas conjuntas”, afirmou ainda o Secretário Executivo da CPLP.



Usina Nuclear de Angra dos Reis
Brasil



Usina Hidroelétrica de Capanda
Angola



Barragem de Alqueva
Portugal

ALTA TECNOLOGIA AO SERVIÇO DO DESENVOLVIMENTO

Há mais de 60 anos que a Construtora Norberto Odebrecht constrói infra-estruturas que contribuem para o desenvolvimento dos países em que opera. As suas actividades abrangem os mais variados sectores da engenharia, como energia, transportes, empreendimentos imobiliários, indústria, saneamento, petróleo e gás, entre outros.

Quer seja no Brasil, em Angola ou nos outros 15 países em que está presente, o compromisso em fazer o melhor, trabalhando em sinergia e aprendendo com as diferentes culturas, faz da Odebrecht uma empresa local, onde quer que esteja.

Cada novo projecto concluído significa novas experiências, conhecimentos e parcerias mais sólidas. Significa, acima de tudo, a certeza de estar a contribuir para o desenvolvimento e a integração de países, pessoas e culturas.

ODEBRECHT

www.odebrecht.com

Angola, um paraíso turístico

Angola, conquistada a Paz, está agora envolvida num acelerado processo de desenvolvimento. Os numerosos visitantes podem de novo partir à descoberta das suas maravilhas paisagísticas. Todo o imaginário construído em torno das belezas de África pode ser visto em pleno neste extenso país tropical, banhado pelo Oceano Atlântico, com grandes florestas, rios, lagos, formosas quedas de água, montanhas, estranhas formações rochosas, desertos e praias de uma beleza invulgar, para além de uma variada fauna. As províncias angolanas contêm um manancial de atractivos e o seu povo é alegre e hospitaleiro.

As maravilhas da natureza

Existem nove reservas e parques naturais para protecção dos animais, alguns ameaçados, com destaque para o Parque Nacional da Kissama, na província do Bengo, com excelentes estruturas para receber turistas. Salienta-se ainda o Parque Nacional do Iona, na província do Namibe.

Uma espécie única no mundo assume-se como símbolo do

país: A Palanca Negra Gigante só pode ser vista em Angola. Na província do Malange, a grande atracção turística são as quedas de Kalandula (antigas Duque de Bragança), a 85 km da capital de província, com 105 metros de altura. A 116 km da capital, num terreno plano, encontram-se as misteriosas Pedras Negras de Pungo Andongo rodeadas de lendas que as associam à rainha do Nzinga Mbandi.

O Parque Natural da Kissama, na província do Bengo, tem uma área que ascende a cerca de um milhão de hectares estendidos entre os rios Kwanza e Longa. Reaberto oficialmente em há cinco anos, houve um esforço para o repovoamento desta reserva natural, atingindo nos dias de hoje um equilíbrio no ecossistema invejável.

Outros Destinos:

No Lobito, beijada pelo mar, a Restinga prolonga-se por mais de três quilómetros de espaço arejado, onde são visíveis as residências dos anos 60. O Lobito é uma cidade elegante, tranquila,



quase flutuante, com espaçosas moradias que ora dão para o Atlântico, ora se debruçam sobre a baía que é um autêntico jardim emergido do mar.

A Floresta do Mayombe, situada na província de Cabinda, é um exemplo singular da beleza em África. É uma superfície densa de floresta equatorial dotada de uma flora rica, invulgar em escala e diversidade.

Mayombe é denominada também de "mar vegetal", com centenas de espécies de lepidópteros – existem colecionadores espalhados por todo o mundo e museus nas principais capitais do globo com admiráveis exem-

plares de borboletas de Cabinda em exposição, oriundas do Mayombe.

A Floresta é um símbolo desta província de Angola, banhada pelo rio Chioango serpenteando imponente sobre a savana, com inúmeras manchas florestais que se adensam a partir de Dingo e assumem uma dimensão monumental no Alto-Mayombe.

A Serra da Leba é um conhecido atractivo turístico, no sul de Angola. A imponente Serra da Leba, também conhecida por Morro da Chela, situa-se além da Fenda do Alto Bimbi e nela se encontram miradouros, cascatas e a Barragem das Neves. 🌄



Angola

Superfície

1.246.700Km²

Geografia

60% do território são planaltos de 1.000 a 2.000m com uma densa e extensa rede hidrográfica.

Clima

Tropical. Duas Estações: cacimbo (seca) de Maio a Setembro e das chuvas (mais quente) de Setembro a Maio.

Temperaturas Médias

27°C (máximas) e 17°C (mínimas).

População

12.000.000 habitantes (49,3%

Homens / 50,7% Mulheres).

Capital

Luanda - 3.000.000 habitantes (idade média 19 anos).

Cidades Principais

Cabinda, Benguela, Lobito, Lubango, Namibe.

Rios Principais

Kwanza, Cunene e Cubango.

Ponto Culminante

Monte Moco 2.620m (Huambo)

Língua Oficial

Português

Principais Línguas Nacionais

Umbundu, Kimbundu, Kikongo, Tchokwe.

Religião

Católica 51%; Protestante 17%; Tradicional (Animista) 30%; Outras 2%.

Unidade Monetária

Kwanza.

Como Chegar

Angola tem um Aeroporto Internacional em Luanda, onde várias companhias aéreas internacionais, bem como, a companhia de bandeira, a TAAG - Angola Airlines, operam para garantir a comunicação de Angola com o exterior. Os acessos às províncias podem ser já hoje feitos por vias terrestre e aérea, pois Angola tem uma rede de aeroportos cobrindo todo o território. A chegada por via marítima é assegurada pelos portos de Luanda, Lobito e Namibe.

Passaporte, Vistos e Alfândegas

Para entrar no país, o turista deve possuir passaporte e um visto emitido por um Consulado de Angola.

Vestuário

O clima é quente e húmido, na estação das chuvas de Outubro a Abril, e mais seco e temperado, na época do cacimbo, de Maio a Setembro.

Saúde

É necessário apresentar o certificado de vacinas contra a febre-amarela. Durante a estadia, é aconselhável tomar medidas preventivas contra picadas de mosquitos susceptíveis de transmitir a malária.



Em cada canto do planeta tem a marca Petrobras.
Mesmo que esse canto seja no meio do mar.

A Petrobras, uma das maiores empresas de energia do mundo, é referência tecnológica na exploração e produção de petróleo, atua em mais de 20 países e em vários pontos do oceano a quase 3.000 metros de profundidade. É ainda bicampeã dos prêmios International Energy Company of the Year, da World Refining Magazine, e OTC - Offshore Technology Conference. Um reconhecimento internacional para quem foi, literalmente, mais longe do que qualquer outra.

